

historia: fronteiras



Vol. II

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)

Volume II



História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

FRONTEIRAS CELIBATÁRIAS: NAÇÃO, CORPO E ETNIA

Maria Bernardete Ramos Flores
Universidade Federal de Santa Catarina

No conto de Carlos Fuentes, em *Fronteiras de Vidro*, fizeram subir Lisandro, pelo lado de fora, às janelas mais altas do edifício. Lisandro fazia parte da equipe de trabalhadores mexicanos contratados para a limpeza do edifício. Tinha sido idéia do agenciador. Já que tudo era transportável por meio da fronteira, porque não poderia transportar trabalho, também. Os homens viajariam, em classe comercial, pela madrugada, receberiam o pagamento pelo dia de trabalho, e voltariam à noite para casa.

A princípio, Lisandro, pendurado pela cintura, preocupou-se em concentrar-se nos instrumentos de limpeza. Para não se apavorar com a possibilidade da vertigem, não olhou para dentro e não percebeu, através do vidro, a moça executiva que num sábado pela manhã, quando o edifício de escritórios comerciais deveria estar vazio, estava lá dentro, trabalhando. Foi ela quem o viu primeiro. Quando os olhos de Lisandro e de Audrey se encontraram, ela fez um cumprimento, inclinando a cabeça. Aos poucos, a transparência do vidro limpo foi revelando o rosto dela, com uma forte e sensual cabeleira entrançada. Ele viu fugazmente os olhos castanhos, grandes e profundos, quando ela ergueu o olhar e se perturbou. Baixou o seu, continuou com o trabalho, mas se lembrou no mesmo instante que ela tinha sorriso. Imaginara ou era verdade? Atreveu-se a olhá-la. A mulher sorria-lhe, muito ligeiramente, muito delicadamente, antes de baixar a cabeça e voltar ao trabalho. Bastou o olhar. Não esperava encontrar melancolia nos olhos de uma gringa. Diziam-lhe que eram todas muito fortes, muito seguras de si, muito profissionais, muito pontuais. Não é que todas as mexicanas fossem fra-

cas, inseguras, improvisadoras e atrasadas, não, de forma nenhuma. O que acontecia é que uma mulher que vinha trabalhar num sábado pela manhã tinha um olhar melancólico, talvez não, talvez amoroso. Ele desejou agarrar-lhe, tocar-lhe, mesmo que fosse através do vidro. Ela saiu e regressou com um batom na mão. Manteve-o destampado, erguido, olhando fixamente para Lisandro. Passaram-se vários minutos olhando-se assim, em silêncio, separados pela fronteira de vidro, numa comunhão irônica, o isolamento¹.

Corpos celibatários. Coabitam os mesmos espaços físicos, mas não se tocam, nem se beijam, nem se acariciam, cercados que estão pelas fronteiras culturais, que isolam corpos aprisionados nas identidades classificadoras da humanidade. No tempo sincrônico, minutos, segundos talvez, em que se estabeleceu a comunhão entre os dois, 200 anos condensados de história, de rancor e sofrimento, que marcaram a separação entre México e Estados Unidos. Mas o estado da fronteira física não foi e não é a única divisória entre as duas nações. Nem para impedir a passagem, pelo aspecto legal ou político da fronteira, nem para facilitar a passagem, pela sua constituição física longa, desértica, porosa. Pela lente da discriminação, do racismo, da violência, da sexualidade, Carlos Fuentes configura a intrincada fronteira cultural traçada no corpo das duas nações.

Não sejamos muito otimistas, portanto, em acharmos que somos cidadãos do mundo com o “fim das fronteiras”. Os efeitos das fronteiras culturais, ao atingirem o que se tem de mais concreto, o corpo, expressam-se em fronteiras identitárias com referências à idade, sexo, classe, raça, credo, nacionalidade, etnia, que não desaparecerão enquanto convivermos com a cidadania restrita à comunidade dos iguais por exclusão aos desiguais, “de espécie inferior”. Tudo aparece a nós de modo facilitado. A globalização, a desnacionalização ou a mundialização permitem capitais, mercadorias, estilos, cozinhas, sons, imagens, papéis, enlatados, idiomas, rodarem pelo mundo, sem barreiras físicas, espaciais e temporais. Pessoas também circulam, aos bandos. Turistas, estudantes, refugiados, clandestinos, sem cidadania, com passagem de ida e volta. A pele do passageiro denuncia sua

etnia. A nação, traçada no corpo num lento e constante processo de inclusão e exclusão consoante à incorporação do *habitus* nacional, forma nossa “segunda natureza”, como quis enfatizar Norbert Elias².

Se pensarmos que as definições mais recorrentes de nação surgiram nos contextos dos imperialismos e das guerras mundiais, para se referir à comunidade dos cidadãos de um Estado que vivem sob o mesmo regime ou governo (no Dicionário da Academia Espanhola de 1925, a nação é descrita como a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e que em geral, falam a mesma língua e tem toda uma tradição em comum; Marcel Mauss define a nação como uma sociedade materialmente e moralmente integrada, com um poder central estável, com fronteiras determinadas, com uma relativa unidade moral, mental e cultural por parte dos habitantes que aderem conscientemente ao Estado e às leis³), e se pensarmos que nação, nacionalismo e etnia surgiram integrados como fenômenos chaves da modernidade, podemos inferir que são conceitos gêmeos. Mas estes conceitos gêmeos, univitelinos – nação, nacionalismo, etnia – não apareceram sozinhos no mundo. São acompanhados *pari passu* pelo conceito de cidadão, forjado na idéia do indivíduo autônomo, senhor de si, responsável pela aquisição de capacidades próprias, que o habilitaria para o exercício da cidadania. Ou seja, o direito à cidadania está na origem de uma qualificação, um conjunto de capacidades inscrito numa geometria territorial (o local, a região, o estado nação, a Comunidade Européia etc) consoante as relações externas, ou as capacidades territorializadas no corpo individual consoantes às relações internas, como a idade, o sexo, a cor, o *status* social, a indignidade por decisão judicial, o exercício de certas profissões etc⁴.

Qual é o problema, então, que se nos coloca? Se em termos étnicos ou lingüísticos a maior parte dos maiores Estados não eram (e não são) homogêneos em suas origens; se o material étnico, lingüístico, ou outro, foi re-trabalhado nos mecanismos de construção do Estado, a nação, o nacionalismo e a etnia têm na origem o controle do corpo para transformar grupos heterogêneos em comunidades nacionais baseadas nos critérios da

unicidade da língua, do território, da história e da cultura. É aqui, sobretudo, que o Liberalismo, ao inventar o indivíduo livre, autônomo, senhor de si na construção de “eu”, dobrado sobre si mesmo, em sua identidade coerente, permitiu a conjunção complexa e conflitante entre a formação do caráter individual e do caráter da nação. Se para os princípios do Liberalismo, a nação é o conjunto de indivíduos, agentes ativos de seu próprio bem-estar e de suas ações e se o aperfeiçoamento da nação depende do auto-aperfeiçoamento individual, e se o direito à cidadania depende das capacidades do indivíduo, pelos critérios da meritocracia, neste quadro, o indivíduo viu-se contido em sua potencialidade e expansão, no que se refere à vida cotidiana, ao modo de vida, à sexualidade, por estruturas ideológicas rígidas, instituições disciplinares, governos raciais, para centrar a pessoa do indivíduo numa identidade corporal que se expressasse no sexo, na cor, na classe, na idade, na saúde, na aparência do corpo. Ou seja, se do caráter do indivíduo depende o caráter da nação, a nação não é apenas uma forma política. Ou melhor, ela é uma forma política na dimensão do corpo, um fenômeno cultural de intervenção sobre o corpo do indivíduo para forjar o corpo coletivo da nação. O corpo, em sua plasticidade, repara-se, educa-se, fabrica-se para representar e dar legitimidade ao discurso da nação ou da raça. Nas palavras de Certeau, o corpo é aquele “que leva os vivos a tornarem-se sinais da unidade de um sentido”⁵, ou seja, de uma identidade. A crise do Liberalismo e a instalação dos regimes totalitários no início deste século, com sua onda nacionalista, apenas transferiu a responsabilidade exclusiva da auto-perfectibilidade individual para a auto-perfectibilidade da nação como sujeito coletivo, para configurar, além das fronteiras culturais internas, as fronteiras étnicas internacionais⁶. À medida que o novo ambiente social industrial começou a parecer hostil às condições da autonomia individual para a perfectibilidade do caráter ideal, os próprios liberais passaram a propor políticas de controle das massas e a questionar o valor ético da liberdade como pressuposto do desenvolvimento estético da vida.

Portanto, não basta se abrirem as fronteiras políticas e econômicas, criar comunidades de nações e mercados comuns, enquanto convivemos com as discriminações raciais que fundamentam as guerras de “limpezas étnicas”⁷, ou enquanto convivemos com as leis de mercado que fundamentam a disputa por emprego e acesso aos bens, com as discriminações raciais, geracionais, sexuais etc. O que quero dizer é que há uma geografia cultural, interna, espacializadora, que tem na origem o controle do direito à cidadania e que a política dos corpos que esteve na base desta formação é carregada por meio das fronteiras nacionais, no mercado globalizado. Enquanto “criação imaginária”, para usar uma expressão cunhada por Benedict Anderson⁸, e enquanto movimento cotidiano, a nação impregna os corpos, intimamente relacionados com o fenômeno da identidade nacional, de forma a incluir sentimentos, simbolismos, uma linguagem específica, um tipo psicológico e até um tipo físico. A nação, portanto, inscrita nos corpos, anda colada nos corpos.

Não é outro o sentido da alegoria, na interpretação de Michel de Certeau, desenhada por Jean Van de Straet para a ilustração da *Americae decima pars* de Jean-Théodore de Brv. Oppenheim, de 1619. Américo Vespúcio, vindo do mar, diante da mulher índia que se chama América, inscreverá no seu corpo nu, como numa página em branco, a vontade do conquistador. Entre um querer escrever e um corpo escrito, fabrica a história da América⁹.

Também de Michel de Certeau podemos tirar a idéia do corpo como metáfora da nação¹⁰. Atualmente, em Atenas, os transportes coletivos se chamam *metaphorai*. Para ir para o trabalho ou voltar para casa, toma-se uma “metáfora” – um ônibus ou um trem¹¹. Os relatos, de acordo com Certeau, poderiam igualmente ter esse belo nome: todo dia, eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. Mas, ora, os relatos são feitos do corpo na língua. É o corpo que estrutura a narrativa do espaço, selecionando, saltando, agrupando, criando limites, barreiras e fronteiras. Os relatos são metáforas do corpo inscrito pelas políticas conquistadoras, as mesmas que criaram leis para dominar a natureza. O exemplo mítico é *Robinson Crusoe*, que se esforça para

pôr em seu texto o desconhecido que deixou a marca do pé na areia da página em branco de sua ilha. Ou, outro exemplo. Dromio, o escravo, fala a seu senhor Antífolo de Éfeso: “A pele do empregado é o pergaminho onde a mão do patrão escreve”. Shakespeare indicava deste modo o lugar primordial da escrita e a relação de domínio que a lei mantém com seu súdito pelo gesto de “lhe fazer a pele”¹². A pele não é apenas o invólucro do corpo. Para a psicanálise mais contemporânea, tanto a pele (superfície do corpo), como o cérebro (superfície do sistema nervoso), originam-se da mesma estrutura embrionária, o ectoderma¹³. A pele, portanto, estaria integrada ao sistema neurológico, fornecendo ao aparelho psíquico as representações do eu, numa correspondência, sem exterioridade ou interioridade, entre o orgânico e o psíquico.

Já afirmava Hegel que “somos biologicamente abertos ao mundo”¹⁴. Bourdieu toma isso em suas últimas conseqüências. É porque o corpo é exposto, posto em jogo no mundo, confrontado com o risco da emoção, da ferida, do sofrimento, por vezes da morte, e portanto obrigado a levar a sério o mundo (e nada é mais sério que a emoção, que chega ao fundo dos dispositivos orgânicos), que se encontra em condições de adquirir disposições que são elas próprias abertura ao mundo, quer dizer, às próprias estruturas do mundo social cuja forma incorporadas são. A ordem social inscreve-se nos corpos através desta confrontação permanente, mais ou menos dramática¹⁵.

No Ocidente, a grande movimentação de incorporação do *habitus* nacional nos processos da formação das nações e das identidades nacionais constituiu uma verdadeira “idade de ouro da etnia”, dos congressos de brasilidade, e de todos os outros congressos da raça acontecidos neste mundo ocidental afora, nas primeiras décadas do século XX. Em 1911 raça na Inglaterra etc. No Brasil etc. Em Santa Catarina, o congresso Açoriano, 1948, mas já havia outro em Portugal, 1938.

Aquilo que Foucault cunhou como racismo de Estado refere-se a esta guerra interna, voltada contra seus próprios membros, para constituir a população nacional com base na perfectibilidade da raça.

No caso do Brasil, tratava-se de gerar a raça, e ninguém sabia o que viria a ser¹⁶. O Primeiro Congresso de Brasilidade (1941), promovido pela Comissão de Unidade Étnica, propunha um esquema como projeto de “padronização brasílica”, ou unidade étnica, com “elevação biotipológica”, ancorada no tripé saúde, trabalho, beleza¹⁷. Aqui, beleza é brancura, numa correspondência direta com a civilização. Quando se interroga o que constitui a variedade na espécie humana, Buffon enumera três parâmetros: a cor da pele, a forma e tamanho do corpo e os costumes. Tanto o feio como o belo se definem, ainda mais do que pela forma do rosto, por sua cor: “menos feios e mais brancos (...)”; “muito belas e muito brancas (...)”; “as mulheres são brancas, belas”, “as mulheres são um pouco mais brancas, bem feitas e bem bonitas”, de forma positiva. De forma negativa: “mais feias, mais amarelas”, “negras e mal-formadas”, “não são tão bem feitas e são mais negras”. Ou adversativas: “bem feitas, embora negras”, “homens bonitos e bem feitos, embora tenham a pele da cor azeitonada”, “têm a cabeça bonita, mas a pele amarela e bronzeada”¹⁸.

Por isso, no Brasil, o desejo era de vir a ser ariano. O artista plástico e sexólogo Hernani de Irajá em *Morfologia da Mulher*, livro ilustrado com uma série de fotografias de suas pacientes nuas, (diz que analisou 82 pacientes) para analisar, descrever e classificar os tipos brasílicos e indicar os caminhos ou os métodos para se alcançar o cânone da estética clássica grega, concluiu: “O tipo brasileiro (...) não está formado. Penso mesmo (...) que jamais será uno. Todavia é de se supor que o caldeamento aproxime em duas modalidades estalônicas, com certos caracteres comuns, o tipo-raça futuro”¹⁹. No Sul, para o autor, a arianização do brasileiro seria uma lei fatal. Baseava-se em Oliveira Viana, que previa o futuro brasileiro com seu tipo antropológico ariano, modelado pelos trópicos, isto é, o ariano vestido com aquilo que alguém chamou a “libré do clima”²⁰.

Como médico sexólogo, Hernani de Irajá se debatia pela construção da raça brasileira. Fazia parte da geração de eugenistas, alienistas e sanitaristas, médicos sexólogos que lutaram contra os vícios e os “venenos sociais”, numa cruzada eugênica, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil. No prefácio de *Morfologia*

da Mulher dizia: “julgo que como os anteriores, [este livro] será de grande utilidade não só aos estudiosos, aos médicos, ginecologista, antropologistas, como também ao escultores e pintores que se interessam pelos problemas da raça e assuntos brasileiros²¹.”

Outro médico, psicólogo, o Dr. Renato Kehl, diretor e proprietário do *Boletim de Eugenia*, autor de várias obras²² e organizador dos *Congressos de Eugenia* no Brasil, tinha como princípio de que a eugenia se constitui em ciência e arte. Como ciência, investiga a geração, como arte, produz a boa geração. O livro *A cura da fealdade*, grosso volume com inúmeras gravuras, encadernado em percalina, de sua autoria, segundo as palavras de um prefaciador, “constitui um verdadeiro tratado para melhorar o corpo humano, aformozeá-lo, corrigir defeitos, restaurar a saúde, alcançando assim esse bem supremo que é a beleza e afastando o mal que é a fealdade (...)”²³. Acreditava que dependia apenas da vontade dos homens criar a elite humana, eliminar as fealdades, as imperfeições, os aleijões.

790

O homem capaz de talhar no mármore a Vênus, é capaz também de moldar plasticamente toda a humanidade e cada um poderá transformar-se em Polycleto, Myron, Phidias, poderá criar tipos com vida, como Doryphoro, aquele belo efebo da estatuária, o mais antigo tipo da arte grega, justamente considerado a representação mais acabada da beleza e da energia humana²⁴.

Monteiro Lobato escreveu, em 1926, um romance intitulado *O presidente negro ou o choque das raças – Romance Americano do ano 2228*. Na obra, Monteiro Lobato cria uma ficção científica onde o Professor Benson e sua filha Miss Jane constroem um aparelho de corrente contínua, com base nos fundamentos hegelianos. Nele, tudo estava impresso, o passado e o futuro. Bastava sintonizá-lo num corte anatômico temporal e espacial para ter o quadro social daquele instante da história. A máquina, então, é focalizada para mostrar os Estados Unidos no ano de 2228. Os americanos tinham construído uma nação de pura raça branca por meio da eugenia. Pela lei espartana, reduziram os nascimentos dos defeituosos fisicamente. Pela lei *owen*, os deficientes mentais. Desapareceram os peludos, os surdo-mudos, os aleijados, os loucos, os morféticos, os histéricos, os criminosos natos, os

fanáticos, os gramáticos, os místicos, os retóricos, os vigaristas, os corruptores de donzelas, as prostitutas... As mulheres eram belíssimas. Não mais evocavam fisicamente suas avós, magras umas, outras gordas, esta toda nádega, aquela uma tábua ou de enormes seios e dentes de cavalo – verdadeiras monstruosidades anatômicas. Nem recordavam socialmente as pobres cativas de dantes, forçadas a girar no triângulo – casamento, celibato, à força ou promiscuidade. Finas, sem magrezas, ágeis sem macaquice, treinadas de músculos por meio de sábios esportes, conseguiram alcançar a beleza nervosa das éguas puro-sangue – o que trouxe a decadência do hipismo. Já não necessitavam os homens de se dedicar aos cavalos para satisfação da ânsia secreta da beleza perfeita. Os homens eram inteligentes, racionais, práticos, eficientes. O princípio da eficiência resolvera todos os problemas materiais dos americanos. A não ser a questão da raça negra, que apresentava índices altos de crescimento. Queriam, então, os brancos, a expatriação dos negros para a Amazônia. Já os negros queriam a divisão do país: o Sul para os negros; o Norte para os brancos. E a pior desgraça aconteceu. As feministas criaram o partido das mulheres, dividindo o eleitorado branco. Na eleição do 88º presidente dos Estados Unidos, venceu um líder negro. A solução foi a invenção de um produto químico para descarapinhar os cabelos dos negros. A fábrica não dava conta. Todos os negros passaram a usá-lo. O segredo: o produto era esterelizante. Rapidamente já não nasciam negros. A raça estava exterminada.

A esta cruzada eugênica que varreu o ocidente, que vai da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do XX, Foucault nomeou de racismo de Estado, associando as noções de guerra (táticas e estratégicas) com as relações de poder e o discurso político sobre a sociedade. Na era dos nacionalismos e conseqüente etnização ou racialização, ou seja, no contexto dos imperialismos, dos fascismos e das guerras mundiais, ao governo disciplinar, que esquadrinha corpos para domesticá-los, soube-se o governo que controla a própria vida, já na sua concepção, regulando o próprio nascimento. É esta uma das estratégias do “racismo de Estado”.

Se no século XVI, *O Príncipe* de Maquiavel é essencialmente um tratado de habilidade do príncipe na arte de manipular as relações de força, para conservar seu principado; se no século XVIII, com o mercantilismo, a arte de governar significa estabelecer a economia ao nível geral do Estado, e para isso é preciso ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância e controle; no século XIX, com a bio-política, vamos nos deparar com nova forma de governo. Já não basta vigiar, punir, controlar, localizar, territorializar etc. De um governo disciplinar, vamos nos encontrar com um governo de controle demográfico, de geração da própria população, cujo preceito se traduzia, segundo Foucault, em “hacer morir o dejar vivir”, em seu contrário: “hacer vivir ou dejar morir²⁵”.

O médico sexólogo foi a figura estratégica do “racismo de Estado” pela situação privilegiada de atuar sobre o organismo, o corpo individual, e os fenômenos globais demográficos. Uma sexualidade indisciplinada e irregular, segundo o saber médico, teria duas ordens de problemas para a raça: o corpo desregrado sexualmente é atacado por doenças que lhe embotam a inteligência e a vivacidade; o desviado terá uma descendência perturbada, degenerada, colocando em risco a identidade da nação. A sexualidade inscrevia-se exatamente no entrecruzamento do corpo com a nação que se queria forjar.

E a sexualidade perfeita exigia fronteiras sexuais nítidas, ou identidades de gênero, especialmente no redesenho do corpo. Mussolini preferia uma geração robusta a uma atualidade elegante, considerando prejudicial para os futuros italianos os processos usados pelas mulheres para terem um corpo delgado, e decretou peso mínimo fora do qual haveria multa e prisão²⁶. Na acepção de Plínio Salgado, a mulher não deveria ser “nem boneca e nem soldado”, “nem mulher-homem e nem mulher-brinquedo”²⁷. Hernani de Irará reclamava que as práticas de canoagem, o *wolleyball*, a natação, as ginásticas, têm tornado as espáduas das mulheres mais desenvolvidas que sua bacia. Lamentava que os hábitos modernos têm trazido para um e outro sexo cousas verdadeiramente destituídas.

Os caracteres sexuais secundários definham assustadoramente. Disfunções? Hipovarismo e Hipotesticulismo... O sexo indeciso firma-se com os surtos homossexuais. E os tipos não se definem, entrecruzam-se na penumbra das garçonieres, pululam nas festas de caridade, nos dancings, nas praias, agarrados uns aos outros, infecundos genésica e cerebralmente, improdutivos, estorvantes, proxenetas, quase andrógenos na vida oca, futil, que os gasta inutilmete²⁸.

E as práticas políticas acompanhavam o discurso²⁹.

A semiótica do corpo ofereceria ao médico perito as bases para o diagnóstico clínico e a emissão de seu juízo. Qualquer anomalia era enquadrada no quesito “taras”, especialmente, destes “(...) masturbadores profissionais, [que] vulgarmente não se distinguem, senão após um perfeito exame médico”, na avaliação do Dr. Hernani de Irajá. Alguns traem-se logo: são geralmente, pálidos e tímidos, esquivos e medrosos. Seus olhos banham-se em grandes olheiras e deixam transparecer através de seu brilho, um abatimento fundo “(...) e o seu olhar torna-se de uma fixidez notória (...) Fisicamente são moles e faltos de resistência; moralmente destituídos de coragem e energia, tornam-se extremamente egoístas(...)”³⁰.

É enorme a lista dos “males” físicos e psicológicos, detalhadamente elencados, explicados por meio de observações. *Sexologia Forense*, de Afrânio Peixoto, é um manual de Medicina Legal para instruir o médico perito na análise do corpo suspeito. Cada traço é olhado, especificado, examinado, desenhado, fotografado, exposto e analisado em suas alterações somáticas, gestuais, fisionômicas³¹.

A semiótica médica, desenvolvida no período em questão, nada mais é do que uma das pontas do *iceberg* da nova epistemologia do olhar sobre o corpo. À era da etnia juntou-se a era do olhar, dos quais ainda somos herdeiros. A identidade já não estava aparente nas roupas específicas das corporações de ofício ou dos estados sociais do Antigo Regime. Agora, a identidade do indivíduo está diretamente relacionada à sua dimensão corporal. A performance corporal, pela apreensão total do corpo em seus detalhes (cabeça, rosto, olhos, boca, mãos, gestos, andar, balançar dos quadris, a fisionomia, a corpulência, a cor) é o ca-

nal da identificação. O mendigo cego do filme de Fritz Lang, *M, o Vampiro de Düsseldorf*, descobre um assassino de crianças, uma criatura de aparência e atitudes inofensivas, ao reconhecer o som de seus passos e o tom de seu assobio.

Da antropologia criminal de Lombroso à frenologia, à antropometria, à psicanálise, à medicina, traça-se o percurso da emergência da epistemologia do paradigma indiciário³². O método Morelliano, que se desenvolve no século XIX, para a crítica de arte pela observação dos pormenores (que se tornou conhecido entre os historiadores por meio do texto *Sinais* de Guinzburg); o romance policial com a atuação do detetive Sherlock Holmes, que aprendeu a identificar pistas visíveis apenas para o olhar detetivesco (como no caso da caixa com o par de orelhas em que o detetive intui serem iguais às de uma parente da vítima); o método antropométrico da mensuração das distâncias somáticas (na opinião de Bertillon, nada poderia comparar-se à orelha, que superava os outros traços do ponto de vista da identificação, imutável na sua forma desde o nascimento e “refratária às influências do meio e da educação”³³); o retrato falado (pela descrição da fisionomia por intermédio das unidades discretas – nariz, orelhas, olhos etc); a *Interpretação dos Sonhos* de Freud, são todos programas de identificação da personalidade para descobrir delinquentes, psicopatas, loucos ou criminosos, portadores de desvios psicológicos impressos no tecido somático do indivíduo.

A garantia, para certificar que um indivíduo é quem diz que é ou que supomos que seja, a partir da premissa de que sua identidade pode ser verdadeira ou falsa, verdade garantida no corpo, veio quando Francis Galton, “o primo mais esperto de Charles Darwin”³⁴, antropólogo e ensaísta, o grande formulador da eugenia, descobriu o uso que se poderia dar às linhas papilares. A ponta dos dedos suplantou a supremacia da orelha. Os desenhos das digitais permanecem os mesmos em toda a vida e cada indivíduo tem a sua individualidade, portanto, estável e garantida por si mesma. Ao olhar de lince para devassar o corpo do outro em seus sinais, conta-se também com os olhos do cérebro para garantir cientificamente a identidade.

Recupera-se, assim, na modernidade, na linha de Parmênides, a definição do sujeito homogêneo, fechado no seu próprio círculo e coerente em sua identidade, de certo modo, congelada na subjetividade e na permanência individual. Culmina na carteira de identidade, que faz de cada indivíduo uma entidade que tem um nome, um sexo, um endereço e uma profissão e que é cidadão de um país³⁵. A marca da identidade impregnada no corpo vai definir o “ser” ativo ou passivo, racional ou imaginativo, intelectual ou sensível, branco, preto ou amarelo, desenvolvido ou sub-desenvolvido, pragmático ou prolixo, homem ou mulher. Como metaforiza Félix Guattari, em *Cartografia do desejo*, condenados a sermos eternamente Penélopes ou eternamente Ulisses, nestas territorialidades definidas do corpo, em que Penélope controla o tempo: tece a trama da eternidade; em que Ulisses controla o espaço: monta a imagem da totalidade.

Com isto chego ao fim desta explanação, longa, tortuosa. Comecei por mostrar que o fim das fronteiras políticas não garantem o direito à cidadania porque o emigrante leva consigo a marca da nação. Que a fronteira não é apenas simbólica porque ela tem realidade no cotidiano. Que a maioria das pessoas vivem em fronteiras porque estas criaram barreiras que se expressam no corpo, no qual e para o qual organizam-se os espaços sociais. Perde-se um pouco da humanidade com a idéia de fronteira. Na seqüência, mostrei que a cidadania que almejamos, o direito à vida boa e digna, tanto na formulação liberal, meritocrática, quanto na forma totalitária, coletivista, não se coaduna com as exigências do Estado-nação porque seus princípios competitivos no cenário mundial exigiram sacrifícios do Eu individual em prol da grandeza nacional, excluindo da cidadania e colocando na margem os que não foram integrados. Portanto, podemos dizer que existe fronteira do mal-viver e fronteira do bem-viver. Mostrei que a política e a cultura do corpo teve por base as grandes unidades sociais. A nação, ao se constituir como identidade fundada na integração normativa, exigiu do indivíduo uma coerência identitária. Não abordei a questão de classe, mas por certo ela deve ser contemplada. Vimos gênero, etnia e nação. Vimos que a epistemologia do olhar que se desenvolveu no século XIX

atendia aos instrumentos de classificação do indivíduo nestas grandes identidades, pela sua formação corporal-somática. O nacionalismo fornece talvez um dos mais constrangedores³⁶ mitos de identidade do mundo moderno, por englobar o mais perverso de todos: a identidade étnica ou a idéia de raça. Lembremos que as vagas nacionalistas atuais, em grande parte relacionadas à disputa por mercados, especialmente de trabalho, renasceram como eufemismos no lugar dos racismos. Quis mostrar, enfim, como o suporte que serviu à individualidade, a ação sobre o corpo para aprisioná-lo na lógica da identidade, é algo de inteiramente relativo, que não é de modo algum constante nas histórias humanas, e que se pode, portanto, considerar que assuma hoje uma outra forma. Os paradoxos entre o esvaziamento da nação e a permanência das restrições da cidadania sublinha bem a saturação do modelo identitário moderno.

Guattari propõe uma “nova suavidade” que tem a ver com a invenção de uma outra relação com o corpo. Nem Penélopes, eternamente condenadas a ficar; nem Ulisses eternamente condenados a partir³⁷. Maffesoli propõe experimentarmos a “cultura das possessões”³⁸, sair do eu identitário e experimentar a pluralidade de “outros”, que se pode adquirir quando as entidades, orixás ou outras, nos assediam. Os iniciados do Candomblé - diz ele - reforçam a idéia de que a permanência da identidade é apenas uma ilusão. Quando da possessão, o iniciado sofre transformações sucessivas “que vão levá-lo a uma identificação (...) com as diversas entidades que o habitam”. Assim, “cada pessoa é vista como receptáculo de uma constelação de deuses”³⁹.

Descobrimos, finalmente, que as fronteiras do eu “estão perpetuamente em mudanças”. “Elas variam entre os indivíduos e no mesmo indivíduo, segundo os momentos do dia ou da noite, segundo as fases da sua vida, e elas encerram conteúdos diferentes”⁴⁰. O indivíduo só pode ser definido na multiplicidade de interferências que estabelece com o mundo circundante. A pessoa constrói-se na e pela comunicação, com todas as potencialidades humanas: a imaginação, os sentidos, o afeto, e não apenas a razão. É isso o que permite falar de “abertura” da pessoa, abertura aos outros, abertura às diversas características do eu⁴¹.

A acuidade em perceber este caráter movediço da individualidade humana é fértil nas artes. Seu interesse profissional trabalha para desfazer e refazer os nós culturais. Mas, não se pretende sugerir que elas trabalhem para induzir uma crise cultural. As artes captam as imagens de acontecimentos que se dão no mundo. Num *Caderno Mais da Folha de S. Paulo*, em 1996⁴², numa reportagem em que se discutia uma saída para a crise do desemprego no mundo que atinge 800 milhões de pessoas, um economista heterodoxo, Ministro do Trabalho de Clinton, Robert Reich, falava deste “novo agente social: estes analistas simbólicos”. E o jornalista perguntava a ele: “O futuro do trabalho vai se parecer com o quê – com os *Jetsons* ou com *Blader Runer*. A resposta: “A previsão é que entre os 20 e os 30 e poucos anos de idade as pessoas passem boa parte do tempo mudando de um ramo de atividade a outro. As pessoas estão mudando muito mais frequentemente de ocupação do que era antigamente.”

Bem, nossa utopia é de que o futuro seja o fim da sociedade do trabalho e a realização da sociedade do ócio. Que encarnássemos os *Jetsons*, eternamente em férias. No filme *Blade Runner*, numa cidade do futuro, Ridley Scott nos apresenta aos replicantes: robôs programados para colonizar o espaço. Perfeitas réplicas de homens, eles só não estão equipados para produzir réplicas emocionais. São réplicas das máquinas celibatárias em seu máximo aperfeiçoamento. Mas isso não é assim tão tranquilo; quando está por expirar o prazo de existência, rebelam-se. Replicam. Deckard, primeiro homem quase replicante, e Raquel, última replicante quase humana, salvam-se. Apaixonados e amorosos partem juntos e o filme termina. Ficamos sonhando. Aliviados, descobrimos que podemos ser um pouco Penélopes, um pouco Ulisses.

A desenvoltura com que as pessoas conseguem se encaixar e se desencaixar de suas identidades, inclusive das identidades étnicas, é observada para desafiar as análises baseadas em culturas nacionais homogêneas, com tradições comuns ou em comunidades étnicas. Em contraste com as discussões acerca da mistura de raças, sob o modelo nos quais a identidade era vista como algo fixo, existe hoje maior reconhecimento de que se precisa

lidar com sociedades multiculturais, com os hibridismos, os sincretismos, já que tantas pessoas se movimentam no mundo, vivem entre culturas ou em regiões de fronteiras, mesmo nos países europeus e outros Estados-nação, os quais, num passado recente, procuraram elaborar uma noção exclusiva e vigorosa de identidade nacional⁴³.

No conto de Carlos Fuentes, o cozinheiro mexicano lembra que os “gringos” os atacaram em 1848 com seu “destino manifesto”. Agora, o México dar-lhes-ia a beber do seu próprio chocolate, reconquistando-os com mexicaníssimas baterias lingüísticas, raciais e culinárias. Havia milhões de trabalhadores mexicanos nos Estados Unidos e trinta milhões de pessoas, nos Estados Unidos, falavam espanhol. Quantos mexicanos, pelo contrário, falavam corretamente o inglês? Dionísio, o cozinheiro, conhecia apenas dois: Jorge Castañeda e Carlos Fuentes. E refletia o cozinheiro conferencista mexicano diante dos estudantes gringos, com as bochechas cheias de hambúrgueres, as panças cheias de pizzas do tamanho de rodas de carros e as mãos de sanduíches altos e perigosamente inclinados como a torre de Pisa: como podem os americanos apreciarem seu menu institucional, feito de salada de alface com geléia de morangos, borrachosos frangos, esponjosos bolos e translúcido café⁴⁴? “A paciência, o tempo, explicava o cozinheiro nas suas aulas. Amor e paciência para fazer um *soufflé de huitlacoche* no México, utilizando o fungo negro e canceroso do milho, que noutras latitudes menos sofisticadas é dada aos porcos. É necessário tempo e paciência para preparar um *lapin faissandé* em França, deixando que a lebre apodreça até ao ponto exato do seu mais saboroso e sávido amargor”⁴⁵.

Já é tempo de aprender a quebrar vidros e olhar o outro sem desnudar seu corpo. E se desnudar seu corpo, é para amá-lo.

NOTAS

¹FUENTES, Carlos. *A Fronteira de Vidro*. Lisboa, Dom Quixote, 1998, pp.169-192.

²ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. A luta pelo poder e a revolução do ‘*habitus*’ nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

³Apud HOBBSAWM, Eric. *A Questão do Nacionalismo*. Lisboa, Terramar, 1998, pp.19-20. "Na Enciclopédia Brasileira Mérito - 1958 - Nação é a comunidade dos cidadãos de um Estado que vivem sob o mesmo regime ou governo e têm uma comunhão de interesses; a coletividade dos habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns e subordinado a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo; o povo de um Estado."(p.19). HOBBSAWM, *op. cit.*

⁴Cf. WENDEN, Catherine Wihtol de. "Nação e Cidadania, um par de associados-riais". In CORDELIER, Serge (coord.). *Nações e Nacionalismos*. Lisboa, Dom Quixote, 1998, p.44.

⁵Apud FIORIN, José Luiz. "O corpo nos estudos da semiótica francesa". In SILVA, Ignácio Assis (org.). *Corpo e Sentido*. São Paulo, Unesp, 1996, p.88.

⁶Sobre Liberalismo no Brasil, na década de 20, ver: CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo*. Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo, Brasiliense, 1989. A autora mostra que os liberais paulistas resistiam a qualquer tipo de interferência estatal em seus negócios, mas invocaram a autoridade dos cientistas (biólogos e antropólogos) para afirmar que o cruzamento entre as raças, além de diminuir a vitalidade individual, acarretava perturbações de ordem psíquica muito graves, e, ao preferirem a mão-de-obra nacional à estrangeira, não vacilaram em pedir, ao Estado, políticas de adestramento do corpo e do espírito do trabalhador nacional, com o objetivo de torná-lo apto para as relações contratuais. Uma das citações de OESP é exemplar: "Por de trás de nossos arranhas céus, há massas que reclamam a presença de apóstolos que serão os educadores colocados nas granjas escolares, para a forja do homem novo, sadio, eficiente de amanhã". O controle sobre o trabalhador explica a importância atribuída à disciplina do corpo e da mente. Parece uma contradição, mas na verdade o próprio liberalismo clássico deixou brechas para pensar o controle das camadas trabalhadoras. O componente racista identificado nesse ideário não abalava os alicerces da teoria liberal defendida pelos periodistas. De acordo com Locke "os indivíduos proprietários pertence à "comunidade dos humanos" em que se integra os seres livres e iguais. (São considerados iguais os portadores de caracteres que tipificam os seres da mesma espécie) A afirmação da igualdade é necessária para o estabelecimento da desigualdade; a diferença se funda na natureza, ou seja, através da espécie. Os não-proprietários de bens ou do próprio corpo são considerados fora da espécie; são irracionais. Daí a associação com as teorias raciais. (p.93) Ver também BELLAMY, Richard. *Liberalismo e Sociedade Moderna*. São Paulo, Ed. UNESP, 1994. O autor diz que a suposta transição do liberalismo "clássico" da década de 1840 para o "novo" liberalismo da década 1880 é, em geral, associada às idéias J.S. Mill e T. H. Green. As alterações ocorreram na convenções do pensamento liberal vitoriano e refletia a ambigüidade da compreensão do relacionamento entre a sociedade e o indivíduo. Seria necessário remover os obstáculos? Imaginava-se que as pessoas de caráter praticassem o autodomínio: uma renúncia não apenas à gratificação sensual, mas também ao egoísmo estrito. A crença de Mill na perfectibilidade humana transformou esta questão em algo particularmente complicado para ele, pois, em sua opinião, era quase inconcebível que alguém com capacidade para a autonomia, colocado em condições de liberdade, fracassasse na utilização desta liberdade para moldar o seu caráter de um modo proveitoso (p.47).

⁷E é justamente, neste mundo globalizado que o conceito de etnia ou de etnicidade recebe muita atenção. Fredrik Barth foi um dos primeiros a demonstrar que o material humano que é organizado no interior de um grupo étnico não é imutável, mas se define antes em função de uma fronteira susceptível de grandes variações no tempo. Apud JAFFRELOT, Christophe. "Algumas teorias da nação". In CORDELIER, Serge (coord.). *op. cit.*, 1998, p.62. Ver também SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa, Gradiva, 1997. Em sua definição, a etnia não é um dado que exista na natureza, fora do tempo. Mas também não é um dado flutuante, variando de acordo com a situação específica do sujeito. É preciso ver as implicações dos atributos históricos e simbólico-culturais da identidade étnica. Um grupo étnico é um tipo de coletividade cultural, coletividade essa que sublinha o papel de mitos de descendência e de memórias históricas, e que é reconhecida por uma ou mais diferenças culturais, como a religião, os costumes, a língua ou as instituições. Tais coletividades são duplamente históricas no sentido em que, não só as memórias históricas são essenciais para a sua continuação, como cada um destes grupos étnicos é produto de forças históricas específicas, incorporadas pelo *habitus*, estando, é óbvio, também desse modo, sujeito à dissolução e à alteração histórica (pp. 35-36).

⁸ANDERSON, Anderson. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

⁹CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense, 1982, pp.08-09.

¹⁰CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 232.

¹¹*Idem*, p.199.

¹²*Idem*, p. 231.

¹³ANZIEU, Didier. *Eu-pele*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1989, p.109.

¹⁴Apud BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalinas*. Oeiras, Portugal Celta, 1998, p. 118.

¹⁵*Idem*, p. 124.

¹⁶Uma interpretação deste pensamento brasileiro é feita com muita propriedade por: PARKER, Richard G. *Corpos, Prazeres e Paixões*. A Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo. (Trad. Maria Therezinha M. Cavallani.) São Paulo, Best Seller, s. d. Estas percepções racialistas marcaram a interpretação da cultura brasileira, ao ponto da nossa identidade poder ser representada pela sexualidade. Quando, no século XIX, os nossos intelectuais precisaram lidar com a questão da identidade nacional, entenderam que a mistura das "três raças" era a chave da nossa constituição histórica. Em *Retrato do Brasil*, Paulo Prado sumariza uma longa linha do pensamento brasileiro, do fim do século XIX e começo do XX, na qual reconhece a formação multiracial do Brasil e o medo de que a mistura das raças tenha marcado o caráter do povo e sua condenação a uma degenerescência moral e física. É na mistura lasciva das três raças que Paulo Prado localiza a fonte da peculiar tristeza brasileira. O post-coitum - Lígia, o que é Paulo Prado diz sobre isso de pos-coitum?.. Também em Gilberto Freire, a versão da "história genital", com uma esfera extremamente erótica que propiciou a mestiçagem, toma um lugar de importância junto com as mais importantes interpretações da identidade brasileira.

¹⁷LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas, Papirus, 1986, p. 75.

¹⁸Apud TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana.* (Trad. Sérgio Goes de Paula), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. I, p. 120.

¹⁹IRAJÁ, Hernani de. *Morfologia da Mulher. A Plástica Feminina no Brasil.* Estudos Brasileiros. 4ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1937, p. 207.

²⁰*Idem*, pp. 72-73. O autor refere-se a Oliveira Viana que estuda as “zonas de concentração e difusão ariana”: os *platos* paulista e os *platos* cerealíferos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nestas zonas, o caldeamento da massa ariana, posta em contato mais íntimo com a população local, é naturalmente mais rápido, mais intenso, mais completo.

²¹*Idem*, pp. 09-10. É extensa a sua obra: *O Esforço para a Beleza, Sexualidade e Amor, Psicopatologia da Sexualidade, Sexualidade Perfeita, Tratamento para os Males Sexuais, Morfologia da Mulher, A sexualidade na Arte, Sexo e Beleza, Psicose do Amor.*

²²Entre outras, citamos alguns exemplos, os quais têm relação direta com esta pesquisa: *Pais, Médicos e Mestres, Como escolher um bom marido, Como escolher uma boa esposa, Catecismo para adultos, Por que sou eugenista, Aparas Eugênicas: Sexo e Civilização, Melhoremos e prolonguemos a vida.*

²³Para o autor, a fealdade é um mal extremamente generalizado; ela tanto pode ser física, moral, como intelectual; a fealdade não é um fruto espontâneo da natureza, ela é evitável. Na primeira parte do livro, segundo suas palavras, estabelece, de um modo geral, as bases para se avaliar a perfeição física, fisiológica e psíquica dos indivíduos de ambos os sexos. Na segunda, institui as regras para a profilaxia da fealdade, estudando os fatores degenerativos e os meios para eliminar. Na terceira parte, como complemento, apresenta as indicações terapêuticas para a cura das principais causas da fealdade física. Conclui afirmando que lhe anima a crença de ter escrito um livro útil, tendo fé na doutrina de Galton. “O progresso será lento mas incessante e de idade em idade, cada geração será, como diz Richet, superior à geração que a precede.”

²⁴KEHL, Renato. *A Cura da Fealdade.* São Paulo, Monteiro Lobato e Cia, 1933, p.202.

²⁵FOUCAULT, Michel. *Genealogia del Racismo.* De la guerra de las razas ao racismo de Estado. Madrid, Las ediciones de la Piqueta, 1992, p. 249.

²⁶“Viva a Obesidade”. In *Correio do Estado*, nº65. Florianópolis, 02/12/34, p.02.

²⁷SALGADO, Plínio. *A Mulher no Século XX.* São Paulo, Guanumby, 1949, p.135.

²⁸IRAJÁ, Hernani de. *op.cit.*, p. 102.

²⁹Apesar dos programas de Educação Física nos currículos escolares serem um só para ambos os sexos, eram explicitamente separados: determinavam que se ensinasse ginástica rítmica apenas às meninas, atividade tida como apropriada para mulher. A interpretação por meio de gestos e atitudes, da emoção provocada pela música, também deveria ser exclusiva das meninas, enquanto as evoluções militares seriam executadas apenas pelos meninos. Os jogos eram outro sinal de separação por sexo. Para os meninos, jogos de força, de persistência e combatividade; para as meninas, aqueles que lhes davam graça, que eram delicados, que

educavam o gesto e o andar. SOUSA, Eustáquia Salvadora de. *Meninos à Marcha! Meninas à Sombra! A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994)*. Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP, Faculdade de Educação, 1994. pp.75-81. São comuns as teses em Educação Física que enfatizam a política exercida sobre o corpo, a qual deverá formar um homem típico que tenha as seguintes características: de talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, desperto, ereto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, puro de atos e pensamentos. LENHARO, Alcir. *op.cit.*, p.79.

³⁰IRAJÁ, Hernani de. *Psicoses do Amor*. Estudos sobre as alterações do instinto sexual. 8ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Jacintho, s. d., p.45.

³¹PEIXOTO, Afrânio. *Sexologia Forense*. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, s. d. Trata as “perversidades” do instinto sexual como causadoras do enfraquecimento físico e moral, do depauperamento orgânico e da degradação social do indivíduo, da pre-disposição para o crime e a loucura.

³²Cf. LISSOVSKY, Maurício. “O dedo e a orelha. Ascensão e queda da imagem nos tempos digitais”. In *Acervo*. Rio de Janeiro, vol. 06, nºs 01-02, jan.-dez. 1993, p. 57.

³³*Idem*, p. 68.

³⁴*Idem*, p. 61.

³⁵MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1996, pp. 305-306.

³⁶Cf. SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa, Gradiva, 1997, p.11.

³⁷GUATARI, Félix. *Cartografia do desejo*. Petrópolis, Vozes, 1993, pp. 281-289.

³⁸MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis, Vozes, 1996, p.314.

³⁹*Idem*, p. 308.

⁴⁰ANZIEU. *op. cit.*, p.102.

⁴¹MAFFESOLI. *op. cit.*, p.210.

⁴²Caderno Mais. In *Folha de São Paulo*, 03/03/1996, p. 09.

⁴³Cf. FEATHERSTONOE, Mike. *O Desmanche da Cultura*. Globalização, Pós-Modernidade e Identidade. São Paulo, SESC/Studio Nobel, 1997.

⁴⁴FUENTES, Carlos. *A Fronteira de Vidro*. Lisboa, Publicações Dom Quixote Ltda, 1998, p.67.

⁴⁵*Idem*, p. 66.